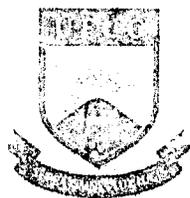


Sergio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Centro de Humanidades

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

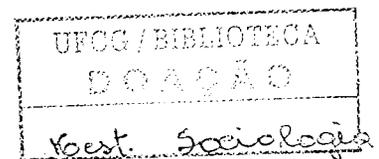
**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

ADRIANO DE SOUSA BARROS

Campina Grande -PB
Setembro de 2006



ADRIANO DE SOUSA BARROS



**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande/Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha

Campina Grande -PB
Setembro de 2006

**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Luis Henrique Herminio Cunha – UFCG
(Orientador)

Dra. Ramonildes Alves Gomes - UFCG
(Examinadora Interna)

Dra. Marcionila Fernandes – PRODEMA/UFAL
(Examinadora Externa)

Campina Grande -PB
Setembro de 2006

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela luz que incidiu sobre meus pensamentos e emoções fazendo-me crer na possibilidade de um crescimento espiritual e intelectual dentro da minha jornada acadêmica.

Aos programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG/UFPB e UFPE.

Ao meu orientador prof. Luis Henrique Cunha, pelo apoio e por crer na possibilidade de se desenvolver um bom trabalho. Bem como a todos os professores do programa pela contribuição direta ou indireta para este trabalho.

Ao professor Jean-Philippe Tonneau, pelo apoio nas diversas etapas deste trabalho e por visualizar a importância da relação humana entre professor e aluno.

Ao PROCAD, nas pessoas do professor Edgar Malagodi e da professora Maria Nazareth Wanderley, pela oportunidade de participar de tão construtivo intercâmbio.

Ao GPAF, na pessoa da professora Ghislaine Duque, pelas inúmeras discussões que tanto contribuíram na construção dessa dissertação.

Ao PEASÁ, por abrir as portas para que o conhecimento fosse construído no compartilhar de informações.

Aos amigos, Maria do Socorro Oliveira, Fábio Ronaldo da Silva, Ângela Cordeiro e Ivontonio Viana, pela força e o apoio nas horas difíceis e a satisfação nas horas alegres.

A minha família, por acreditar em meus projetos e estar sempre dando o suporte emocional necessário.

Agora descubrem que “desenvolver” não significa nada se só se trata de despejar cimento, instalar canos de água ou levantar a qualquer custo curvas estatísticas, sem pensar, antes, durante e depois de suas intervenções, nas reações muito diversas das pessoas atingidas por essa intervenções e nos benefícios que esperam ou não das mesmas”.

Guy Hermet

RESUMO

O Nordeste rural semi-árido tem passado durante as últimas décadas por diversos modos de pensar e fazer seu desenvolvimento e, conseqüentemente, sua modernização. Depois do amplo investimento em infra-estrutura na perspectiva do “combate à seca”, acompanhado pelo plano de industrialização regional tido como a melhor solução para o problema do desenvolvimento da região, surge, na década de 1990, a perspectiva do desenvolvimento local e da “convivência com o semi-árido”. Apesar de novo, esse olhar diferenciado sobre as dificuldades sócio-econômicas da região, aqui destacando sua porção semi-árida, trazem também em seu arcabouço um projeto de modernização, na medida em que propõe uma mudança de comportamento que afeta as estruturas sociais e produtivas locais. O Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) surge, em 1994, em meio a esse processo de mudança, propondo uma intervenção que altere o rumo do desenvolvimento de algumas localidades do semi-árido paraibano. Seu modelo de intervenção, atrelado à perspectiva dos Sistemas Produtivos Locais (SPL's), propõe por meio do *agribusiness* a criação de empreendimentos comunitários em forma de agroindústrias, nas quais os produtos de vocação local receberiam um tratamento logístico dentro de um amplo processo de racionalização da produção. O presente trabalho investigou esse modelo de intervenção, focando na construção de sua metodologia dentro da perspectiva de promoção do desenvolvimento local, buscando perceber também que perspectiva de modernização é construída a partir nas ações desse programa de extensão universitária. Nossa pesquisa utilizou-se de dados colhidos junto ao programa e seus colaboradores técnicos; na investigação documental (relatório de atividades, projetos de fomento, artigos técnicos dentre outros); e no acompanhamento de uma de suas experiências de intervenção, o projeto de implantação da Agroindústria de Beneficiamento da Fibra de Sisal para Produção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa – PB. O modelo de intervenção identificado como empreendedorismo comunitário mostra-se ineficiente na promoção do desenvolvimento local, chocando-se com o próprio sistema produtivo local de tradição camponesa e de organização familiar. O foco do modelo na racionalização das estruturas produtiva e social acaba por desconsiderar a questão ambiental, limitando o projeto de desenvolvimento às questões de cunho econômico.

ABSTRACT

During the last decades, the rural semi-arid northeast has gone through various forms of thinking and making its development and, consequently, its modernization. After the wide investment in infra-structure aiming the "combat to the drought", accompanied by the regional industrialization plan, considered the best solution to the development problem in the region, in the 90's the perspective of local development and the living with the semi-arid came to be. Despite being new, this differed look upon the social-economic difficulties of the region, hereby standing out its semi-arid portion, brings in its base a project of modernization, as it proposes a change of behavior which affects the local social and productive structures. The Program of Studies and Actions for the Semi-Arid (PEASA) appears, in 1994, in the middle of this changing process, proposing an intervention which alters the path of the development of some localization of the semi-arid of Paraíba. Its intervention model, linked to the perspectives of Local Productive Systems (SPS's), proposes as means of agribusiness, the creation of communitarian undertaking in the shape of agro industries, in which the local vocation products would receive logistic treatment within a wide process of rationalization of the production. The present paper investigated this model of intervention, focusing on the construction of its methodology within the perspective of promotion of local development, seeking to realize, also, that the perspective of modernization is built from the actions of this program of university extension. Our research used data collected along with the program and its technical collaborators; in the documental investigation (activity report, foment projects, technical articles among others); and in the accompanying of one of its experiences of intervention, the implantation project of the agro industry of Benefiting of Sisal Fiber for production of handcraft material in the county of Cuiuiú, Barra de Santa Rosa - PB. The intervention model identified as communitarian undertaking lies ineffective in the promotion of local development, shocking against the own local productive system of camping tradition and familiar organization. The focus of the model in the rationalization of productive and social structures ends up not considering the environmental question, limiting the project to development to economic nature questions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I – Distribuição geográfica das UGEA's do PEASA.....	10
FIGURA II – O Polígono das Secas	29
FIGURA III – Quadro demonstrativo da distribuição das UGEA's.....	79
FIGURA IV – Ilustração do que seriam as UGEA's e seus agro-pólos.....	99
FIGURA V – Ilustração das etapas da proposta de intervenção do PEASA.....	101
FIGURA VI - Representação da COOAGRIL	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Ações do Programa de Convivência com a Seca no Semi-árido Brasileiro.....	35
QUADRO II – Brasil e Nordeste: Taxas de crescimento do PIB - 1960/90.....	53
QUADRO III – Desempenho técnico do PDCT por módulo e por universidade.....	73
QUADRO IV – Situação dos módulos do sub-programa GAT/Paraíba.....	74
QUADRO V – Representação gráfica do esquema coordenado pelo PEASA nas agroindústrias.....	87
QUADRO VI – Projetos comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido.....	100
Quadro VII – Projetos desenvolvidos pelo PEASA segundo relatório de atividades de 2005.98	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
CAPÍTULO 1 - Do “combate a seca” à “convivência com o semi-árido”: uma trajetória dos discursos e das políticas	
1.1 O “combate à seca” e o Nordeste “natural”: a relação entre políticas e discursos.....	
1.2 A “convivência com o semi-árido”: um novo olhar sobre antigas questões	
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: as mudanças sociais na construção de novas relações	
2.1. Sociedade moderna e desenvolvimento: um novo projeto, antigas questões.....	
2.2. A Modernização do Nordeste Semi-Árido: Que projeto é esse?	
2.3 A terceira via de modernização do Nordeste rural semi-árido: o PEASA na expansão de um novo modelo.....	
CAPÍTULO 3 - O Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA): uma experiência de extensão universitária	
3.1 Extensão Universitária: a academia na construção do desenvolvimento social ...	
3.1.1 Extensão Rural: a lógica da difusão tecnológica	
3.2 O PEASA como programa de extensão: da constituição a proposta de intervenção	
CAPÍTULO 4 - EMPREENDEDORISMO COLETIVO: O PEASA e na construção de um modelo e de uma prática de extensão e intervenção	
4.1 Os conceitos articulados pelos agentes do PEASA para basear sua intervenção..	
4.1.1 Conceitos que orientam a intervenção	
4.1.1.1 O semi-árido e o diagnóstico dos seus problemas	

4.1.1.2 Os Sistemas Produtivos Locais – SPL	
4.1.1.3 Agribusiness/Agronegócio	
4.1.2 Conceitos não articulados na intervenção	
4.1.2.1 Planejamento Ambiental	
4.1.2.2 Desenvolvimento Sustentável	
4.2 A prática da intervenção: operacionalização de um modelo	
4.3 Problemas relacionados ao modelo de intervenção	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A década de 1990 e a primeira metade da década atual têm sido marcadas por mudanças muito importantes nos discursos que orientam, justificam e/ou legitimam programas e projetos – de iniciativa dos poderes públicos ou da sociedade civil – para melhoria da qualidade de vida no semi-árido nordestino. A hegemonia discursiva do “combate à seca” tem sido substituída tanto pela idéia geral de “convivência com o semi-árido”, como por um conjunto de conceitos e noções que se associam a este discurso geral, tais como sustentabilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento territorial, multifuncionalidade, pluriatividade, entre outros.

Estes discursos, no entanto, não remetem apenas às ações que objetivam resolver os problemas do Nordeste semi-árido, mas, principalmente, ainda que nem sempre isso fique muito claro, informam sobre projetos de modernização das estruturas produtivas, políticas e sociais. Conviver com o semi-árido significaria promover mudanças nas estruturas tradicionais de poder, de relacionamento com o meio ambiente e de produção. Mudanças que devem ser compreendidas como esforços de modernização, nomeados nos termos do desenvolvimento local sustentável.

Nessa perspectiva, tomamos o referido processo de mudança discursiva (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) como elemento analítico para pensar a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento e modernização para a região Nordeste, e como essa tensão de mudança discursiva reflete na constituição de projetos e ações. Elegemos como objeto de nossa investigação o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) - programa de extensão ligado à Universidade

Federal de Campina Grande (UFCG), que surge em 1994 em meio às transformações sobre o clima que se lança sobre o Nordeste para o semi-árido.

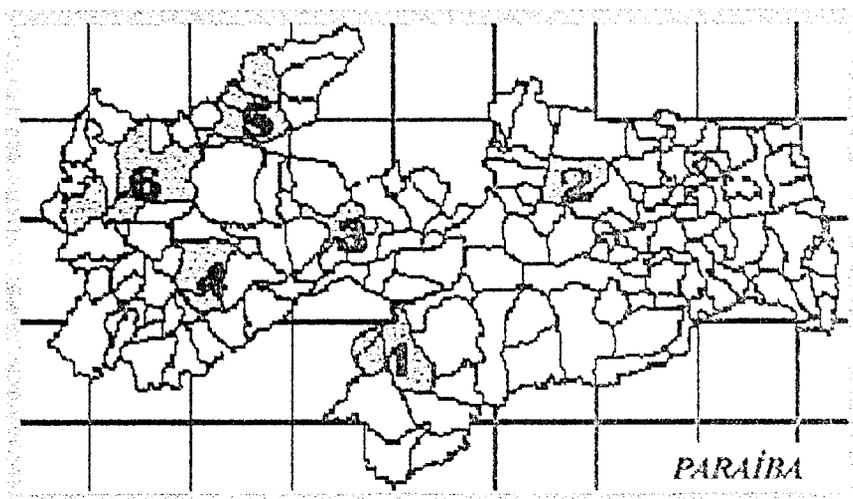
A constituição do PEASA está diretamente ligada à inserção, nos anos de 1980, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE), o qual, ainda sob o discurso do “combate à seca”, desenvolveu uma série de projetos visando aumentar em qualidade e quantidade as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelas universidades nordestinas, tendo como foco os problemas do semi-árido, testando e adaptando tecnologias apropriadas à problemática clima/economia e seus efeitos (Araújo, 1996).

As experiências do PDCT/NE levando-se em consideração a atuação da Sub-Unidade de Execução de Programa (SUEP) assumida pela UFPB após o encerramento das atividades do PDCT, pré-determinaram a constituição do PEASA, o que refletiu também na constituição de um corpo de técnicos que passaram, em sua maioria, pelo PDCT/NE. Diante de tamanha ligação, mas já refletindo a idéia de “convivência com o semi-árido” e da preocupação com o desenvolvimento local, o PEASA objetiva realizar estudos e intervenções relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à temática do semi-árido paraibano. Sendo importante ressaltar que, de acordo com informações coletadas junto à coordenação geral do referido programa, ainda não foi realizado nenhum tipo de avaliação sobre o impacto social dos estudos e das ações realizados até então, mesmo após quase doze anos de criação.

O PEASA iniciou suas atividades com algumas experiências de intervenção a partir da implantação de unidades agroindustriais em seis localidades representativas da região semi-árida do estado, definidas como Unidades Geo-Ambientais de Estudos e Ações (UGEA's) tendo como referência seis bacias hidrográficas: 1. CARIRI – Bacia do Rio Sucuru; 2. CURIMATAÚ – Bacia do Rio Guandu; 3. DEPRESSÃO SERTANEJA –

Bacia do Riacho de Santa Gertrudes; 4. VALE DO PIANCÓ – Bacia do Rio Santana; 5. CATOLÉ DO ROCHA - Bacia do Rio Jericó; e 6. ALTO SERTÃO – Bacia do Riacho Santo Antônio ou Jangada. Atualmente apenas três unidades encontram-se em funcionamento: Catolé do Rocha, Curimataú e Cariri.

FIGURA I – Distribuição geográfica das UGEA's do PEASA.



Fonte: PEASA

Em tese, sua metodologia baseia-se numa abordagem multidisciplinar focada na construção do “desenvolvimento sustentável” das localidades onde atua, afirmando considerar as peculiaridades sócio-culturais e o conhecimento local. As práticas do referido programa são classificadas como criadoras de mecanismos que ajudam a lidar com a vulnerabilidade social, econômica e geo-ambiental presentes na região semi-árida da Paraíba (ARAÚJO, 1996).

A proposta de intervenção do PEASA tem como foco os Sistemas Produtivos Locais (SPL's), trabalhando junto a valorização das vocações produtivas locais enquanto alternativas de sobrevivência e permanência do homem no campo, através,

principalmente, da agregação de valores (logísticos e comerciais) aos produtos ou atividades já características de cada localidade gerando emprego e renda.

Os projetos do PEASA possuem uma ênfase no fator econômico do desenvolvimento, na medida em que lidam em primeira instância com os SPL's, desconsiderando outros fatores como o social e o ambiental, visualizando o melhoramento destes como consequência daquele. Essa perspectiva de atuação reflete-se no desenvolvimento do *agribusiness*¹, apoiado num amplo processo de racionalização das estruturas produtivas e sociais. O modelo de intervenção identificado em nosso estudo é chamado pelo programa de **empreendedorismo comunitário**, no qual o empreendimento é gerenciado pela comunidade via associação, um negócio que tem na ação coletiva sua base de planejamento e execução.

A criação do referido programa mostra que o impacto da perspectiva de “convivência com o semi-árido” afeta também a academia, aqui representada pela extensão universitária, encontrando abertura a partir da grande influência que os modelos europeu, de assistência e responsabilidade social, e norte-americano, de Transferência de Tecnologia (TdT), exercem sobre ela (RIBEIRO, 2000).

As questões que envolvem essa mudança discursiva, acompanhadas pela elaboração e implementação de projetos como o do PEASA, passam diretamente pela compreensão que se tem da constituição do Nordeste enquanto região com identidade própria, forjada em meio às diversas transformações sociais, políticas e culturais no decorrer de sua história (ARAÚJO, 2001).

Durante esse processo, o clima semi-árido e o fenômeno das secas sempre estiveram em foco, já sendo mencionados em textos que datam do século XVII (Cardin, 2004). O aumento demográfico do sertão, com a fixação sedentária principalmente de

¹ Tipo de negócio, empreendimento, que envolve produtos oriundos da agropecuária.

comunidades camponesas brancas pobres ou provenientes de quilombos (Palácios, 1987), faz emergir a percepção do clima semi-árido e da seca como problema social de abrangência nacional, agregado a fatores como a decadência político-econômica do Nordeste açucareiro e a ascensão do ciclo do algodão e da pecuária e sua elite coronelista; da agricultura ineficiente diante do problema da água; da ocupação desordenada das terras do interior e da concentração fundiária (RIBEIRO, 2004).

Nesse contexto, podemos dizer que a seca de 1877-79 possui um caráter paradigmático, nos servindo de referencial histórico para a demarcação da emergência definitiva desse fenômeno como “o grande inimigo” do Nordeste. A variabilidade das chuvas, entretanto, não pode ser considerada como principal determinante desse processo, o ponto agravante na época foi marcado pela inexistência de uma estrutura sanitária eficiente, marcando uma catástrofe que resultou na morte de 500 mil nordestinos, fato que abriu precedente para um estudo mais sistemático acerca desse fenômeno (CARVALHO, 1988).

A partir desses acontecimentos, a peculiaridade climática tem sido associada diretamente a falta de desenvolvimento da região, caracterizando, por meio de um determinismo geográfico, um Nordeste fadado e entregue aos “desmandos” e “hostilidades” da natureza (ALENCAR, 2004). O Estado brasileiro assume desde então o papel de agente curativo e repressivo do “mal” nordestino, contribuindo decisivamente para a emergência de um discurso de “combate à seca” que se reflete diretamente em suas políticas a partir do processo de modernização das infra-estruturas. Um exemplo disso é a criação da Inspetoria de Obras Contra às Secas (IOCS), em 1909, transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas (IFOCS) em 1919 e que, mais tarde, daria

lugar ao Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS). Pompeu Sobrinho² destaca o conjunto de soluções técnicas adotadas pelo Estado brasileiro em sua política de “combate à seca”, são elas: *a solução hidráulica* – açudagem e irrigação; *a solução florestal* – reflorestamento e florestamento intensivo; *a solução do dry-farming* – a chamada cultura científica do solo; e *a solução compósita* – ajustamento do meio físico e social para melhor êxito da exploração agrícola (CARVALHO, 1988).

Outra solução é apontada a partir do diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na década de 1950: a industrialização da região. Servindo-nos com divisor de águas, esse diagnóstico aponta para outras questões que vão além do clima, enfatizando a necessidade de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas como forma de promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento social do Nordeste rural semi-árido³, menos determinado pelo fenômeno climático, volta a ser discutido a partir da década de 1990, influenciado principalmente pela sociedade civil organizada - aqui representada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Essa perspectiva, agregada ao novo discurso de “convivência com o semi-árido”, abre debates e ações direcionadas às diversas questões como: a oposição às políticas públicas de mitigação dos efeitos da seca; o questionamento do uso político desse fenômeno como forma de levantar verbas federais para região, ou melhor, em favor das elites locais; a concentração de terras, água e outros meios de

² Engenheiro chefe e mais tarde presidente do Primeiro Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas.

³ O uso do termo “Nordeste rural semi-árido” foi escolhido na medida em que se reconhece, porém pouco se discute, uma heterogeneidade do clima e questões que delimitam rural e urbano. No tocante ao clima, temos um Nordeste dividido em uma faixa úmida litorânea conhecida como Zona da Mata, coberta por florestas tropicais; nas chamadas zonas intermediárias como o Agreste, possuindo grau mais elevado de umidade e solos de melhor qualidade; e no semi-árido, nosso foco de estudo (FURTADO, 1964). No tocante a delimitação rural, baseamo-nos no estudo de José Eli da Veiga (2002) quando da sua delimitação de pequenos municípios como zonas muito mais rurais do que urbanas, chegando a afirmar a existência de um “rurbano”.

produção; a sustentabilidade do desenvolvimento; a falta de investimento técnico, econômico e científico; dentre outros.

Ações orientadas por esse “novo” discurso estão ligadas a iniciativas de ONGs (a exemplo do Centro Sabiá e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - PATAC⁴) que têm se reunido em torno da chamada Articulação para o Semi-árido (ASA), no sentido de fortalecerem suas reivindicações e intervenções nas localidades semi-áridas. Outro exemplo de expressão desses discursos são os diversos pactos de desenvolvimento territorial que envolvem uma série de instituições em torno do chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), como o Pacto Novo Cariri coordenado pelo SEBRAE-PB.

Nesse contexto, a experiência do PATAC nos ajuda a perceber que esta preocupação – o rompimento com o paradigma do “Nordeste natural”⁵ – já vinha sendo desenvolvida desde a década de 1970, sendo consolidada nos anos de 1990. O Projeto Trienal do PATAC (1993-1995) elaborado em 1992 destaca que ele *“desde 1979 priorizou o trabalho com populações rurais para avaliar as causas do êxodo rural, sobretudo em relação ao pequeno produtor, têm sua origem na injusta estrutura fundiária do país e nas dificuldades encontradas pelo agricultor em retirar da terra os meios necessários para a sua sobrevivência”*. A “convivência com o semi-árido”, a vulnerabilidade social, econômica e política das populações rurais da região já aparecem nas preocupações do PATAC, fato que vai tomar corpo em seu Projeto Trienal (1996-

⁴ Criado em 1971 pela Congregação Redentorista do Nordeste, o PATAC lançou olhar sobre a imigração de pequenos produtores rurais em decorrência da seca, os quais acabavam direcionando-se para a cidade de Campina Grande onde se formava uma massa de “sem tetos”. Lutar contra a fome de quem fugia da seca passou a ser a preocupação do PATAC, através, principalmente de alternativas que viabilizassem a produção agropecuária no semi-árido, formas de conviver com o semi-árido no desafio do “fome zero no semi-árido” (DUQUE, s/d).

⁵ “Nordeste natural” é um expressão por nós utilizada, e melhor desenvolvida no capítulo 1, na tentativa de compreender como se deu a construção do chamado “determinismo geográfico nordestino” e sua influência no imaginário popular ao associar o clima com o desenvolvimento da região (ALENCAR, 2004).

1998), elaborado em 1995: “(...) *sofre mais aquele que tem menor condição de adaptação e convivência com os fenômenos devido principalmente à dificuldade de acesso à terra e à água*”. (DUQUE, s/d, p.8)

A noção de “convivência com o semi-árido”, por outro lado, passa a ser criticada na medida em que seria falácia pretender ensinar o nordestino a conviver com esse fenômeno, pois, além de ser a mais importante massa de camponeses brasileiros, mais do que qualquer outra população interiorana, ele possui particular intuição e experiência para lidar com as forças telúricas (Ab’Sáber, 1999). Esse conhecimento desenvolvido pela experiência cotidiana e agregado às crenças populares permite ao sertanejo estar sempre às voltas com prognósticos sobre as possibilidades de chuvas nos anos que virão: o dia de Santa Luzia (13 de dezembro) serve de referência para a chuva em janeiro do ano posterior e os dias que seguem servem de referência para os outros meses; 19 de março, quando se comemora o dia de São José, também serve como referência sobre a chuva durante o inverno do ano que segue (ANDRADE, 1998).

Mesmo considerando a crítica acima, o clima como único fator determinante do desenvolvimento do Nordeste é “desconstruído” pela proposta de “convivência com o semi-árido”, trazendo também um novo projeto de modernização, não mais voltado às infra-estruturas ou a industrialização, mas preocupado com a qualidade de vida, a inclusão social e o capital humano.

O fator que se encontra no centro dessas discussões é o projeto de modernização do Nordeste. O “atraso” da região mais árida e rural do Brasil, agregado a pobreza que sempre desemboca em suas grandes cidades e nas metrópoles do sudeste-sul e tanto incomoda as elites locais, dificilmente é visto a partir da construção histórica de uma estrutura fundiária que reflete diretamente na concentração dos meios de produção e na valorização da grande propriedade.

Faz-se necessário, portanto, pensar a modernização para além da dicotomia entre arcaico e moderno, fato que se torna mais intenso quando se pensa o nordeste rural semi-árido e as características sociais tão peculiares à sua cultura. O desenvolvimento, aqui visto como intrinsecamente ligado à modernização, deve ser compreendido, acima de tudo como um conjunto de mudanças nas formas de vida e de organização sociais, deixando claro que nem se pode pensar que esse processo é em absoluto o resultado de um plano ideológico nem, de outra forma, que é algo sem direcionamentos específicos (Coelho et alli, 2006).

A partir dos anos de 1990, com a descentralização das políticas públicas, tem-se buscado alternativas para amenizar as disparidades locais relacionadas ao desenvolvimento regional, sendo esse contexto o pano de fundo da criação do PEASA. Buscar compreender a construção do referido programa nos ajuda também a perceber como tais mudanças operam-se diante da elaboração e implementação de políticas e projetos, tendo nesse caso o fazer acadêmico, via extensão universitária, como ponto de partida na compreensão do que se tem mantido nas entrelinhas do processo: o projeto de modernização para o Nordeste.

Nessa perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido no ano de 2005 e parte de 2006, envolvendo um estudo exploratório sobre a origem do PEASA e seu funcionamento atual, buscando uma compreensão ampla sobre sua metodologia e seus pressupostos. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas (junto a Coordenação do programa – coordenador geral, técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú e técnica responsável pela COOAGRIL⁶; junto a agroindústria de Cuiuiú – três componentes do centro de artesanato e três moradores não

⁶ Cooperativa Agroindustrial incubada na Fundação Parque Tecnológico e que serve ao programa com central de comercialização

integrantes do centro); visitas de campo a agroindústria Cuiuiú e a sede do programa; pesquisa documental (Projeto de implantação do PDCT/NE, informativos da antiga SUEP, documento de implantação das agroindústrias, textos publicados pelo PEASA, relatórios anuais de atividades, informativos da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba etc).

A mudança discursiva que envolve o ambiente sócio-histórico no qual surge o PEASA (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) será discutido no **Capítulo I**, no qual, busca-se compreender a dinâmica dessa mudança, passando, também, pela noção de “Nordeste natural”; pelo fenômeno social da seca; e pelo papel do Estado na elaboração e implementação de políticas que refletem a referida mudança discursiva.

Seguindo essa análise, o **Capítulo II** visa discutir a tensão entre desenvolvimento e modernização no Nordeste rural semi-árido. O desenvolvimento é apresentado a partir da introdução da sustentabilidade ao seu arcabouço, levando-se em consideração as limitações dessa proposta e os principais obstáculos na sua implementação. Agregado a isso se inclui a noção de modernização, na medida em que são conceitos na origem indissociáveis, focando o caso do “projeto” de modernização para o Nordeste e problematizando o PEASA como produto e produtor desse projeto.

No **Capítulo III** buscamos contextualizar o PEASA a partir de sua constituição enquanto programa de extensão universitária, perpassando por sua história acadêmica – demanda e ambiente social - e por sua proposta teórica e metodológica. A UFPB aparece nessa discussão, com seus projetos e produções, nos auxiliando na compreensão do ambiente acadêmico que antecede e influencia a constituição de nosso objeto de estudo.

O **Capítulo IV** tem como ponto central uma análise mais específica do modelo de intervenção do PEASA – o *empreendedorismo comunitário* - buscando problematizar-

lo a partir da noção de *agribusiness*. Como, portanto, caracteriza-se a elaboração e implementação dessa intervenção dentro de uma mudança discursiva sobre o Nordeste rural semi-árido, seu desenvolvimento e seu projeto de modernização.

Do “combate a seca” à “convivência com o semi-árido”: uma trajetória dos discursos e das políticas.

O Nordeste brasileiro não é apenas uma região geográfica ou uma delimitação política, ele também é uma construção discursiva. Os discursos constitutivos do Nordeste, particularmente quando se refere a sua porção semi-árida, ligam-se a projetos de desenvolvimento e a planos de modernização.

Os discursos sobre o semi-árido estão sempre em processo de movimento, podendo emergir a partir de um conjunto de intervenções já estabelecidas. A modernização desse território, nesse ponto, encontra-se nas entrelinhas do processo, atuando e alterando os cenários sociais num contínuo revolucionar de modos de vida rumo ao “tão almejado” desenvolvimento capitalista.

O semi-árido nordestino foi objeto, durante sua constituição histórica, de diversos modos de pensar e agir sobre o espaço. A especificidade climática entra em cena, num primeiro instante, como veículo de valorização de uma *tropicalidade* que auxilia na construção da identidade nacional, o que, a partir do século XIX, passa a caracterizar-se como entrave ao desenvolvimento da região, refletindo nas diversas políticas de “combate à seca” e, com elas, a todo um discurso que da à relação homem-natureza um caráter determinista.

No final do século XX, entra em cena uma severa crítica ao determinismo que o “combate à seca” reproduz, eclipsando o forte caráter social associado ao fenômeno das estiagens prolongadas. O reconhecimento da vulnerabilidade das populações residentes na

região à seca e da necessidade de se “conviver com o semi-árido”, traz à tona uma perspectiva que passa a influenciar a elaboração e implementação de políticas e ações para a região, sendo, certamente, influenciada também por elas.

Essas políticas e ações originam-se tanto de iniciativas governamentais como também do seio da sociedade civil organizada, dando a perspectiva da “convivência com o semi-árido” a possibilidade de emergir enquanto alternativa na construção de um desenvolvimento localizado e, conseqüentemente, de um processo de modernização. Essa trajetória discursiva será analisada neste capítulo com o objetivo de compreender que ambiente serve de cenário para a constituição do PEASA, principalmente ao percebê-lo enquanto programa de extensão produto e produtor de uma intervenção voltada a essas novas construções discursivas.

1.1 O “combate à seca” e o Nordeste “natural”: a relação entre políticas e discursos.

Determinar é fechar possibilidades diante de uma única explicação, é estabelecer uma relação causa e efeito dentro de uma visão unilateral e racionalizada. A ciência desde o século XIX, em sua tradição positivista, estabelece essa relação absoluta entre o fenômeno e a causa, buscando a construção discursiva de uma cientificidade que se opunha radicalmente ao fatalismo, à explicação metafísica, a partir de um princípio experimental e metodológico.

A geografia não escapou às influências positivistas, procurando firmar-se enquanto ciência a partir das explicações dos fenômenos geográficos via causas naturais, relacionando inclusive a essas causas as questões sociais. Claval (*apud* RIBEIRO, 2004) estabelece três fontes principais que dão origem ao chamado *determinismo geográfico*: I.

A Cosmologia Antiga – a medicina hipocrática com a busca das causas das doenças no meio e, com o naturalismo do século XVIII, com Montesquieu e a Teoria dos Climas que enfatizava a temperatura como terminante de causas sociais; **II. A Filosofia Herderiana** – vertente não racionalista que defendia o mundo criado por Deus e o homem definido por esse mundo; e **III. O Darwinismo** – evolucionismo que faz do meio o selecionador natural das espécies.

Essa última fonte teria uma influência mais forte sobre a geografia como ciência positiva, abrindo caminho para a hegemonia de um determinismo geográfico. Outra influência importante nessa vertente evolucionista foi a da escola alemã na figura de Friedrich Ratzel, firmando o pensamento do “homem como produto do meio”, constituindo-se via um longo processo de diferenciação natural.

A partir do século XIX, com a independência do Brasil, coloca-se em jogo a necessidade de se “forjar” a identidade do Estado Brasileiro. Em 1838, é fundado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, objetivando a delimitação de uma identidade nacional, sendo influenciado diretamente pelo pensamento iluminista e pelo determinismo geográfico. Para tanto, uma de suas estratégias foi criar institutos localizados nas diversas regiões que servissem de apoio ao seu objetivo central, trabalhando tanto no resgate das culturas provinciais como da cultura nacional⁷.

Estes fatos nos servem de suporte na compreensão do que chamamos de Nordeste natural, concepção amplamente influenciada pelo determinismo geográfico predominante do século XIX ao início do XX, e presente na discussão sobre raça e na

⁷ Um exemplo importante foi a constituição do Instituto do Ceará – IC, já em 1887, assumindo um papel decisivo na difusão de idéias sobre o Nordeste, seu clima, sua gente e seu “progresso”. A Revista do Instituto do Ceará – RIC torna-se uma das revistas de melhor periodicidade do país, servindo como porta voz de grande importância tanto da elite cearense como da brasileira. Diversos intelectuais foram presidentes do IC, dentre eles citamos Tomaz Pompeu Brasil Sobrinho o qual assumiu lugar de destaque na produção intelectual do instituto, escrevendo sobre temas como a seca, geo-economia, cultura etc, tendo sua obra amplamente influenciada por Ratzel (RIBEIRO, 2004).

aceitação da influência do clima tropical e do relevo sobre a constituição do povo, refletindo até hoje nos diversos discursos sociais, o que, segundo Bourdieu (2004), permite a construção de uma ordem *gnoseológica*, ou seja, a edificação de uma concepção homogênea da realidade social.

No estudo realizado por Ribeiro (2004) sobre “A gênese do discurso do semi-árido nordestino”, constata-se a influência ainda forte das idéias difundidas nesta época, nos meios de comunicação e em algumas produções acadêmicas contemporâneas, sobre a seca e o “progresso” regional. A primeira relação que emerge, nessa perspectiva, é a de “*homem/meio*”, ou seja, a relação que se faz entre clima e progresso exaltando, assim, uma *tropicalidade* (BUCKLE *apud* RIBEIRO, 2004)⁸ condicionante de um processo que facilitaria o desenvolvimento regional:

O clima condicionaria o progresso, facilitaria o trabalho e a procriação, gerando uma boa raça. A seca, quando citada, é apontada como mera adversidade temporária que nada impediria o desenvolvimento da região, já que as condições excepcionais do meio físico, incentivariam no homem um espírito de trabalho e de desenvolvimento das capacidades intelectuais, suplantando qualquer adversidade temporária. Era comum também a utilização de alta taxa de natalidade verificada na região como uma evidência de salubridade do clima para as pessoas a ele submetidas (RIBEIRO, 2004, p.7).

Na segunda relação discursiva aparece o que o autor chama de “*Adjetivação Trágica*”, na qual a uma intensa descrição de secas anteriores é acrescido o *trágico, o terrível, o arrasado e o mortífero*, que surgem junto aos efeitos desse fenômeno natural. Fica claro, portanto, o forjar de um imaginário trágico que associa a falta de equidade social e crescimento econômico direta e exclusivamente ao meio físico.

O último ponto assinalado por Ribeiro (2004) é a relação que acaba por firmar o binômio “*seca/atraso*”, partindo principalmente da comparação entre o que ele chama de

⁸ Termo usado para nos referir ao combate intenso feito por intelectuais brasileiros à tese de Henry Buckle (1823-1862), lançada no livro “*Introduction to the history of civilization in England*” de 1857, na qual o progresso seria resultado do distanciamento do mundo natural, fato que deixaria o Brasil fadado ao atraso tendo em vista a abundância de sua vida natural (RIBEIRO, 2004).

progresso da região Sudeste e seu clima com as condições do Nordeste. O aumento populacional, aparecendo aqui de forma mais pontual, agregado ao baixo grau de formação técnica da população, transformaria qualquer estiagem em uma tragédia, antes sentida com menos intensidade. Outro fato importante na compreensão dessa relação discursiva “seca/atraso” é o fato da emergência de um Nordeste algodoeiro-pecuarista, substituindo a imagem nobre e ostensiva dos barões do açúcar pela dos coronéis, imagem rude, “pobre” e, conseqüentemente, de um Nordeste de “vidas secas”.

O clima semi-árido agora é visto como algo negativo, a seca é a causa que tem como efeito direto e determinado o atraso da região, agora transformado em problema nacional. Aqui a natureza parece desempenhar uma relação “hostil” para com a região, ligando-se diretamente a miséria e a fome à falta de água para o homem e para a agricultura.

A intensa ligação entre sociedade e natureza passa a comandar o imaginário social sobre o semi-árido, a seca e o Nordeste, fato que, também influenciado pela necessidade de poder da elite local, ganha corpo no “combate à seca”. Essa visão passa a refletir na elaboração de políticas públicas e no discurso sobre o desenvolvimento da região, a exemplo da chamada “Solução Hidráulica” que, ainda hoje, é defendida com veemência por políticos e meios de comunicação como única solução para os problemas diversos do semi-árido nordestino, a exemplo do polêmico projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Por outro lado, sabe-se que o clima semi-árido de regiões similares ao de grande parte da região Nordeste, como o caso de Israel e da Califórnia, não é associado com a miséria e as marginalidades, pois, o fator central da diferenciação encontra-se na maneira de ocupação das terras e na desigualdade social que se instaura a partir daí. O discurso do “combate à seca” é “(...) *um forte instrumento de legitimação da atuação dos diferentes*

grupos sobre o espaço” (RIBEIRO, 2004, p.1), refletindo, portanto, na criação de todo um sistema simbólico com uma função muito específica de imposição e/ou dominação de uma classe sobre outra, num amplo processo de “violência simbólica”. (BOURDIEU, 2004)

Apossar-se, portanto, da idéia de um Nordeste natural como território foi também uma alternativa da elite local, transformando um conjunto de perspectivas, muitas vezes discrepantes, em consenso não só localmente como nacionalmente, em outras palavras a construção do que Bourdieu (2004, p.14) chama de “*poder simbólico*”:

(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Esses argumentos não são influenciados direta e simplesmente pela concatenação de uma identidade regional, eles servem tanto aos interesses locais como aos nacionais:

1. A expansão capitalista necessita de novos espaços de conquista;
2. O discurso da diferenciação auxilia a construção do Estado Nacional;
3. Permite-se à elite local uma unificação discursiva, auxiliando o diálogo com o resto do país mesmo depois da perda do seu poder político;
4. Influuiu na posse de órgãos, a exemplo do Departamento Nacional e Obras Contra as Secas (DNOCS), por parte na elite local em vistas de sua sobrevivência; e,
5. Permite justificar os incentivos do governo para modernizar, não só a indústria canavieira, mas, também a sociedade local, com o objetivo de

diminuir as diferenças para com o Sudeste-Sul e aumentar conseqüentemente a capacidade do Nordeste de competir de igual para igual.

A idéia que se construiu de Nordeste rural semi-árido, portanto, não se reduz simplesmente às questões geográficas e climáticas. Essa “nordestinidade” foi sendo forjada durante todo o percurso descrito, apossada aos poucos pela sociedade local aproximadamente nos últimos 50 ou 60 anos, a partir de mudanças no cenário nacional que envolveram principalmente o domínio político-econômico que passou das mãos de uma elite para outra, empurrando aquela que perde espaço a criar alternativas de sobrevivência.

É importante destacar, nesse processo, o papel da academia enquanto produtora e difusora de idéias, na medida em que o conhecimento produzido acaba por influenciar a elaboração e implementação de políticas que reproduzem os interesses e a compreensão que se tem da sociedade de então. O efeito disso reflete, portanto, na produção e reprodução de um sistema que, direta ou indiretamente, é responsável pela construção de um conjunto de relações sociais mais ou menos hegemônicas, ou seja;

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objetivos”, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que firma-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade. (BOURDIEU, 2004, p. 119-120)

O semi-árido nordestino, parte interior também chamada de sertão, passa também a ser reproduzido nessa luta simbólica a partir do momento em que ocorre um aumento considerável de sua densidade demográfica, o que traz consigo a emergência de uma preocupação pontual com o fenômeno das secas. Mesmo não sendo algo novo:

A ocorrência de secas na região noticiada por vários historiadores, desde os tempos coloniais, teve seu “aparecimento” neste período de expansão econômica e demográfica do semi-árido, no ano de 1877 (...) a seca pela primeira vez foi noticiada na imprensa do sul, os jornais do Rio de Janeiro

mandaram, pela primeira vez, repórteres para a cobertura do “evento”. As novas gerações do semi-árido tinham perdido parte da memória de convivência com a falta de chuvas, adicionada ao aumento da população, e a diminuição desta, em mais de um terço, tanto por emigração como por mortes, e perda de mais da metade do rebanho bovino e caprino (ALENCAR JÚNIOR, 2004, 2).

O caso Canudos, no sertão da Bahia, nos serve de exemplo na compreensão sobre a emergência do sertão e seu clima, principalmente social, como um problema nacional. Canudos descortinou para o resto do país a existência de uma cultura própria do sertão, produzida num espaço bastante peculiar e diferenciado do resto do território nacional em constituição, o qual acaba por classificar esses habitantes a princípio como seguidores da monarquia e logo em seguida como bárbaros que necessitam ser civilizados, em outras palavras trazidos para a “luz” da sociedade moderna, industrial e urbana. Para tanto, há de se instaurar um projeto de modernização para esta região, e o Estado entra nesse contexto, a princípio representado pelas diversas campanhas militares, como um agente decisivo e promotor desse projeto, principalmente junto ao semi-árido (ALENCAR JÚNIOR, 2004).

O “combate à seca” emerge não só como discurso, mas, em forma de políticas públicas. Apenas 10 anos após a guerra de Canudos é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, transformada em 1916 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), gerenciada a princípio por um corpo de técnicos militares sem ligação direta com as oligarquias locais.

A IFOCS, ao introduzir o primeiro grande modelo modernizador para o Nordeste (investimento em infra-estrutura), teve como objetivo principal desenvolver um projeto hídrico, servindo também como instrumento de integração da unidade nacional na medida em que articula as diversas regiões ao poder central:

A participação da IFOCS na inserção do sertão nordestino ao restante do Brasil tem um papel importante, pois, três décadas após sua criação, tinham sido levantadas tipograficamente todas as áreas físicas passíveis de construção de açudes, criando-se acesso através de estradas de rodagem entre as capitais nordestinas e os principais centros urbanos do interior dos estados, além da

construção de prédios públicos. Em suma, em muitos recantos do sertão nordestino, se tem pela primeira vez a presença do estado brasileiro, mais de um século depois da independência do país (ALENCAR JÚNIOR, 2004, p 3).

A atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que surge em substituição a IFOCS, possibilita uma ampliação desse projeto baseado na criação e ampliação da infra-estrutura. O Estado passa então a assumir, através de intervenções institucionais, o papel central na redefinição dos espaços nacionais.

Esse Nordeste rural semi-árido é forjado, portanto, dentro da necessidade de coesão nacional, principalmente quando se pensa em um país que constrói de maneira lenta seu projeto modernizador, buscando mudar sua imagem a partir de uma dinâmica social que envolve grupos diversos, inclusive os interesses de poder de uma elite local em decadência.

Constituindo-se a partir de um determinismo geográfico somado ao aumento demográfico regional que dá “vida” ao semi-árido, o discurso de “combate à seca” influi na elaboração e implementação de projetos e de políticas que agem no foco da modernização da região. Reforçando uma realidade baseada em interesses diversos, permitindo *“aprender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento da luta para fazer existir ou inexistir o que existe”*. (BOURDIEU, 2004, p. 118).

No geral, um discurso também muito conveniente, na medida em que desvia o olhar dos principais flagelos sociais que afligem principalmente o interior da região como: a concentração de renda, terras e água; o desvio de verbas e obras públicas; a exploração política e econômica da pobreza; a valorização da monocultura extensiva em detrimento de uma agricultura familiar multifuncional; ênfase no modelo urbano industrial; ~~escassez e~~ ~~exaustão~~ dos serviços públicos em saúde e educação, dentre outros.

Situação que acaba por reforçar o *status quo*, refletindo até o hoje nas limitações do desenvolvimento regional.

1.2 A “convivência com o semi-árido”: um novo olhar sobre antigas questões.

A seca e seu combate deram força e ainda servem como pano de fundo para as chamadas políticas de mitigação, justificando um conjunto de iniciativas que amenizam a situação em períodos de crise, permanecendo na superfície de um problema que atinge a muitos mas beneficiam poucos. A percepção de que a seca é um problema muito mais social do que um fenômeno natural que sozinho castiga a população já vem sendo questionado desde a década de 1950. O papel do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁹, nesse questionamento, é fundamental para desmistificar a questão. As condições sociais e econômicas que assolam o Nordeste rural semi-árido aparecem no relatório do GTDN como consequência de uma construção histórica, apresentando como solução um amplo processo de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas da região via principalmente a criação de pólos de desenvolvimento que teriam como motor central a industrialização regional. A principal contribuição do grupo foi trazer a tona um novo olhar sobre a questão, mesmo que esse ponto de vista vislumbre apenas uma alternativa de melhoria das condições sociais.

O estado brasileiro foi um dos principais responsáveis pelas construções discursivas em torno do clima semi-árido e da seca, via, principalmente, a implementação de políticas voltadas à região. Nas primeiras décadas do século XX surge a delimitação

⁹ Grupo criado pelo governo Kubitschek e comandado por Celso Furtado.

O período transcorrido entre as décadas de 1980 e 1990 marca mudanças, no que concerne a construção de discursos e práticas em torno do desenvolvimento social, do crescimento econômico e da preservação do meio ambiente. Em relação ao Nordeste do Brasil, e mais especificamente sua região semi-árida, questionamentos inerentes colocam novamente em xeque o paradigma *seca/atraso* e o determinismo geográfico nordestino. Após o GTDN volta-se a se discutir a construção histórica do espaço nordestino e suas peculiaridades, diferentemente do que ainda continua impregnado no imaginário popular, nas práticas sociais, em algumas produções acadêmicas e na elaboração e implementação de projetos e políticas.

A referida situação faz emergir uma série de críticas e iniciativas que trazem consigo a perspectiva de “convivência com o semi-árido”. A inevitabilidade do fenômeno natural é acompanhada por discussões sobre a vulnerabilidade das comunidades diante da seca, agora se levando em consideração as estruturas econômicas, políticas, institucionais, sociais e ambientais que compõem, segundo Wilches-Chaux (2004, p.23) essa vulnerabilidade:

(...) el nivel o grado al cual un sujeto o elemento expuesto puede verse afectado cuando está sometido a una amenaza, donde el sujeto amenazado es aquel que compone el contexto social o material de una comunidad, como los habitantes y sus propiedades, una actividad económica, sus servicios públicos, etc.

A seca aparece agora como uma ameaça, um fator que não se pode combater. Por outro lado, levando-se em consideração as condições locais e suas vulnerabilidades a esse fenômeno, o fortalecimento das populações pode ser feito antes daquele, diminuindo-se a intensidade da ameaça e criando-se uma série de iniciativas em torno da diminuição das vulnerabilidades dessa sociedade para além do fenômeno climático.

Essa perspectiva tende a retirar o foco do fenômeno natural e redirecioná-lo para as estruturas sociais locais. A noção de território entra em jogo, permitindo uma compreensão mais ampla acerca do Nordeste semi-árido, um território que passa a ser

percebido para além de sua constituição física, mas, principalmente, a partir da relação entre indivíduos e as organizações, parte de um tecido social que “(...) *representa uma trama de relações históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 31)

A noção de território pode ser abordada a partir de cinco vertentes (HAESBAERT, 2002):

1. JURÍDICO-POLÍTICA: espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder (estatal);

2. CULTURAL: dimensão simbólica e mais subjetiva, produto da apropriação feita pelo imaginário e/ou da identidade social;

3. ECONÔMICA: com destaque para desterritorialização (o capital sem nação) como produto espacial, embate de classes e relação capital/trabalho;

4. SOCIOLÓGICA: espaço de reprodução das relações sociais para além dos limites geográficos, com ênfase na solidariedade e nos laços de proximidade; e

5. HISTÓRICA: perpetuação no tempo e no espaço de uma memória social baseada em laços étnicos.

O território aparece aqui não apenas como receptáculo geográfico “neutro”, mas sim como um espaço onde os atores, em virtude da interação que promovem entre conhecimentos, reproduzem suas organizações, sua política, lhe permitindo um diálogo maior entre o setor associativo local e os órgãos estatais e privados (ABRAMOVAY e BEDUSCHI FILHO, 2003).

Nessa perspectiva o semi-árido passa a ser entendido enquanto território, a partir da década de 1990, influenciando iniciativas locais e políticas de convivência a exemplo dos pactos territoriais em torno do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)¹¹, uma abordagem que inclui uma nova visão do espaço, uma visão acima de tudo social, econômica e cultural.

Esse novo discurso também se traduz em práticas como a da Articulação do Semi-Árido (ASA¹²) que, em 1999 na Terceira sessão da Conferência da Parte das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação - COP3, organizou a elaboração da **Declaração do Semi-Árido**. O referido documento traz uma série de questões, reivindicações e propostas para a região, procurando, acima de tudo, desconstruir a idéia de um determinismo geográfico nordestino, defendendo a viabilidade de uma convivência sustentável com os efeitos “nocivos” do clima semi-árido, abrindo espaço para outras questões que envolvem o processo de desenvolvimento da região. Ao levantar a bandeira de “uma política adequada ao semi-árido” a declaração lança mão do não descarte das políticas de mitigação, mas, por outro lado, exigem que elas sejam extintas a médio e longo prazo:

Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis (...) Sabemos muito bem que o caminhão pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico, implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão. (Declaração do Semiárido, 1999:1-2)

¹¹ O DLIS é idealizado com uma construção feita a partir de um conjunto de iniciativas que envolvem governo, sociedade civil e iniciativa privada, focando sua atuação nos chamados Sistemas Produtivos Locais com suas vocações produtivas e seu potencial empreendedor.

¹² A ASA é formada por 60 instituições, informações disponíveis em <<http://www.asabrasil.org.br>>

A Declaração do Semi-Árido pode ser inserida como “divisor de águas” no tocante a construção discursiva da “convivência com o semi-árido”. Considera como essencial na compreensão da dinâmica regional sua viabilidade sócio-econômica a partir da percepção de um espaço heterogêneo cultural e ambientalmente. Seu programa de convivência possui duas vertentes principais: 1. conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; e 2. quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. A seca entraria nesse processo como algo que não se combate, mas, que se pode conviver incluindo ações como: fortalecimento da agricultura familiar; uso de tecnologia e metodologia adaptadas; universalização do abastecimento de água; articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado; e acesso a créditos e canais de comercialização de produtos.

Esse novo olhar sobre o semi-árido abriu portas para uma discussão sobre sustentabilidade lembrando, inclusive, que o semi-árido não se apresenta apenas enquanto zona rural, mas, seus diversos municípios, sejam de pequeno ou médio porte, passam por problemas estruturais que não se relacionam diretamente com a questão climática. O fortalecimento da sociedade civil seria, então, uma questão central a ser repensada incluindo a erradicação do analfabetismo; o respeito ao saber local; a política de valorização da mulher e do jovem; o combate à desertificação através do uso sustentável dos recursos:

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação (...) para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”. (Declaração do Semiárido, 1999, p. 07)

O discurso de “convivência com o semi-árido” encontra-se também presente nas ações do governo federal. A Lei Nº 10.420 de 10 de Abril de 2002 geradora do **Fundo Garantia-Safra** direcionado para agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem prolongada, expressa uma preocupação direta com a necessidade de se conviver com o clima da região Nordeste, prevendo-se legislativamente alternativas de diminuição da vulnerabilidade local, incluindo capacitação para a convivência:

Art. 5^ª § 3^º O regulamento definirá as condições sob as quais a cobertura do Fundo Garantia-Safra poderá ser estendida às atividades agrícolas que decorrerem das ações destinadas a melhorar as condições de convivência com o semi-árido.

Art. 6^º A. Tendo em vista o aumento da eficácia do Fundo Garantia-Safra, a União, os Estados e os Municípios buscarão a melhoria das condições de convivência dos agricultores familiares com o semi-árido (...)

Art. 6^º Parágrafo único. Para ter acesso ao Benefício Garantia-Safra, os agricultores familiares são obrigados a participar de programas de capacitação e profissionalização para convivência com o semi-árido.¹³

Uma referência importante nesse contexto de mudança discursiva, e conseqüentemente da elaboração e implementação de projetos e políticas, é o *Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro*, elaborado pela Embrapa Semi-Árido como proposta para um amplo projeto social focado no uso sustentável dos recursos naturais agregado a visão dos sistemas agro-industriais.

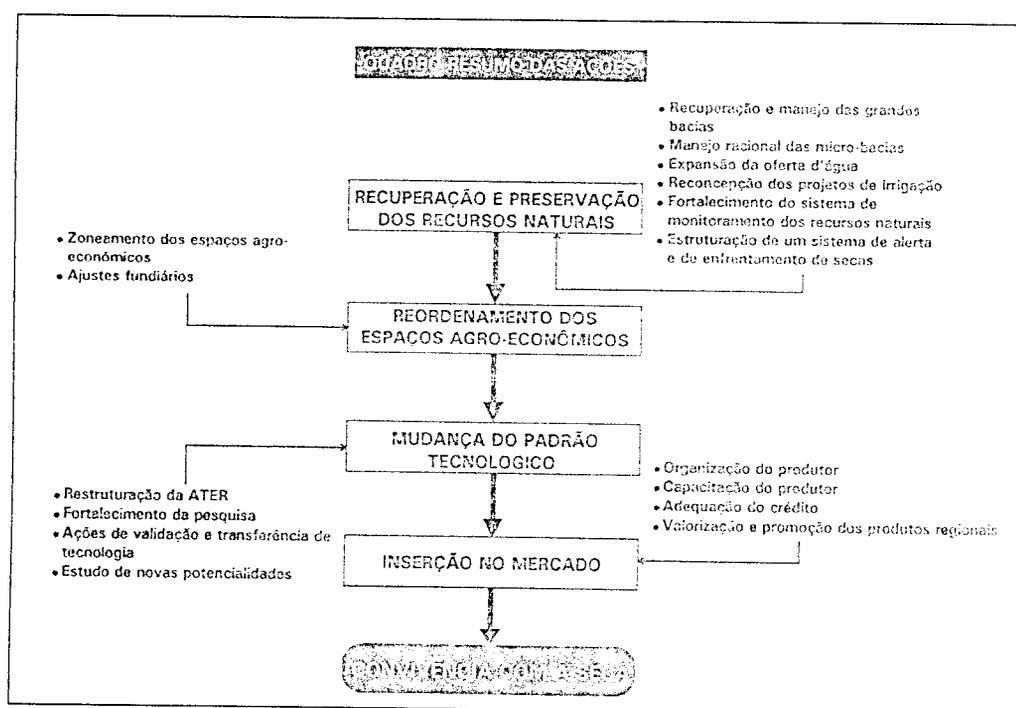
Os subsídios para elaboração do programa visualizam ações (Quadro I, página seguinte) colocadas dentro de um conjunto de etapas não necessariamente sucessivas. De acordo com Guimarães Filho & Lopes (2001) essas ações totalizam:

- **Recuperação e preservação dos recursos naturais:** desenvolvimento hídrico via expansão da oferta de águas superficiais e subterrâneas; reformulação na concepção de novos projetos públicos de irrigação; e, desenvolvimento de um sistema de gerenciamento ambiental.

¹³ Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 10.420, de 10 de Abril de 2002.

- Reordenamento dos espaços agroecológicos: zoneamento dos espaços agroeconômicos e ajustes fundiários.
- **Mudança no padrão tecnológico:** reestruturação e fortalecimento da rede regional de assistência técnica e extensão rural e formação de redes locais de apoio; fortalecimento do sistema de pesquisa; ações de validação e Transferência de Tecnologia e conhecimento disponíveis; e, busca de novas alternativas econômicas em termo do uso sustentado dos recursos do bioma.
- **Inserção no mercado:** organização profissional dos produtores e dos demais atores da cadeia; capacitação tecnológica e gerencial do produtor e dos demais segmentos da cadeia; estabelecimento de um sistema de crédito adequado às circunstâncias sob as quais operam os sistemas produtivos, e, valorização e promoção dos produtos ofertados ao mercado.

Quadro I - Ações do Programa de Convivência com a Seca no Semi-árido Brasileiro.



FONTE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

Em linhas gerais a referida proposta conecta-se a questões já muito discutidas e que, na verdade, não trazem grandes propostas de mudança. As soluções para as questões hídricas não ficam muito distantes das desenvolvidas pelo DNOCS e ultimamente por algumas ONG's, agregado à transferência de tecnologia que geralmente esbarra no olhar unilateral dos técnicos.

Em toda essa discussão diversos pontos nos servem de referência para iniciar uma análise do PEASA como produto e produtor desses discursos. O programa emerge, como melhor detalhado no capítulo III, da experiência do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE) criado no auge do "combate à seca" e influenciado por dois modelos de modernização para a região: o investimento na infra-estrutura e a industrialização dentro da perspectiva dos pólos de desenvolvimento. Porém, dentro desse novo ambiente de discussões envereda na construção do desenvolvimento localizado e voltado para a inclusão social, ou seja, modernizar via racionalização das estruturas produtivas e da mudança de comportamento perante as adversidades sócio-ambientais.

Na compreensão do semi-árido como território, o PEASA mostra-se enquanto agente de um desenvolvimento sustentável baseado nas peculiaridades locais, lançando projetos de intervenção voltados à criação de emprego e renda, promoção da qualidade de vida e inclusão social previstos na Declaração do Semi-árido.

Sua atuação centra-se também na transferência de tecnologia, acrescentando a perspectiva da chamada tecnologia social que envolve a interação multidisciplinar dos conhecimentos academicamente produzidos, entrando na vertente da prestação de serviço através da extensão tecnológica. Essa atuação volta-se também, como pretendia o Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro, aos sistemas agroindústrias.

O PEASA acaba por assimilar as diversas características que compõem esse momento histórico, seu discurso, sua prática e seu modelo de modernização. O programa associa diretamente a falta de desenvolvimento da região à “ineficiência” tecnológica e administrativa dos sistemas produtivos locais, colocando em segundo plano, questões sócio-culturais e políticas que transformam dia a dia as relações que forjam esse território.

No capítulo seguinte iremos aprofundar a discussão sobre desenvolvimento e os diversos modelos de modernização que perpassam a história do semi-árido nordestino, provocando uma reflexão sobre o PEASA como promotor de um modelo de intervenção também voltado a modernização, ao desenvolvimento local baseado na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida via racionalização das estruturas produtivas locais.